

-----Acta número dois -----

-----ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BELMONTE, REALIZADA EM VINTE E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E CINCO.

Aos vinte e um dias do mês de Dezembro de dois mil e cinco, pelas 17:15 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Belmonte, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal Manuel Tomás Gerales, comigo o Senhor António Manuel Evaristo Duarte primeiro Secretário da Mesa e o Senhor Artur Alberto Mendes de Elvas Segundo Secretário da Mesa.

-----**Eleitos do PS:** Maria da Graça Pedruco Paulo Amaro, Catarina Alexandra Mendes, José Martins da Fonseca, Alfredo Guerra Martins; -----

-----**Eleitos do PSD:** Maria Manuela Martins Sampaio, José Carlos Dias Duarte Gonçalves, Acácio Bernardo Nunes Dias, António Pinto Serra, Francisco António Afonso Barata Silveira, António Luís Nave D`Elvas; -----

-----**Eleitos da CDU:** Ilda Maria Barroso Leal; -----

-----**Presidentes de Juntas eleitos do PS:** Manuel Firmino Cameira Presidente da Junta de Freguesia de Inguias, Vitor Manuel Mendes Alves Presidente da Junta de Freguesia de Caria, António Manuel Gonçalves Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte, Carlos Manuel Teixeira Amaro Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas; -----

-----**Presidentes de Juntas eleitos do PSD:** Paulo Jorge Dias Duarte Gonçalves Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal da Torre.

-----Em virtude do membro constituinte da Assembleia Municipal, da lista do PS, Senhor Deputado Paulo Jorge Manteigueiro Paiva Monteiro ter pedido de renúncia de mandato, em conformidade com o artigo 76º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A / 2002, de 11 de Junho, foi convocado o Senhor Joaquim Robalo Amaro. -----

-----**O Senhor Presidente Assembleia** após ter verificado que existia quórum deu por aberta a sessão, e leu o edital que deu origem à convocatória, e informou que a Digníssima Assembleia iria funcionar com 20 presenças. -----

-----De seguida leu a ordem de trabalhos que, passo a enumerar: -----

-----1 - Aprovação da acta da sessão anterior; -----

-----2 - 1º Período de intervenção dos senhores munícipes; -----

-----3 - Período antes da ordem do dia; -----

-----4 - Período da ordem do dia; -----

4.1 - Eleição do Presidente de Junta de Freguesia para fazer parte da Assembleia Distrital de Castelo Branco; -----

-----4.2 - Informação do Presidente sobre a actividade municipal e situação financeira do município; -----

-----4.3 – Cartão do idoso – alterações de benefícios; -----

-----4.4 – Fixação das remunerações do conselho de administração da EMPDS – Empresa Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social do Concelho de Belmonte; -----

-----4.5 – Contracção de empréstimo a médio/longo prazo, para investimentos municipais; -----

-----4.6 – Apresentação, apreciação e aprovação das grandes opções do plano e orçamento para o ano de 2006; -----

-----5 – 2º Período de intervenção dos Senhores Munícipes. -----

-----**1 - APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR:** -----

-----LEITURA E APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2005. -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** informou que se iria proceder à apreciação e votação da acta de funcionamento da Assembleia Municipal de Belmonte, realizada em 28 de Outubro de 2005. -----

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria, aprovar a acta, com 19 votos a favor, e 1 abstenção do Senhor Joaquim Robalo Amaro, por ausência na sessão realizada em 28 de Outubro de 2005. -----

-----De seguida informou a Assembleia que através de informação escrita tinha sido dado conhecimento da correspondência recebida e expedida. -----

-----**2 – 1º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNICÍPES:** -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao público presente, não tendo havido qualquer intervenção. -----

-----**3 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** declarou que estavam abertas as inscrições para o período antes da ordem do dia. -----

-----**A Senhora Deputada** Maria da Graça Pedruco Paulo Amaro (PS) propôs um voto de louvor à Escola E.B. 2/3 Pedro Álvares Cabral de Belmonte, pelos resultados obtidos no ano lectivo transacto. -----

-----“Voto de louvor: Considerando a situação de interioridade da Escola E.B. 2/3 Pedro Álvares Cabral de Belmonte. -----

-----Considerando a mobilidade do corpo docente que nem sempre favorece as escolas de pequena dimensão. -----

-----Considerando as raízes sociais dos alunos que frequentam as escolas de pequena dimensão do interior do nosso país. -----

-----Considerando a conjectura actual da situação do ensino em Portugal: O PS vem propor à Assembleia Municipal de Belmonte, que seja apresentado um voto de louvor à E.B. 2/3 Pedro Álvares Cabral, pelos resultados obtidos no ano lectivo transacto, que se traduziram ao nível do 12º ano, nos melhores alcançados no ranking a nível distrital e entre os melhores a nível nacional. Prova-se assim que a vontade, a determinação e o querer dos nossos jovens, dos jovens das nossas raízes, tantas vezes esquecidos na pequenez do seu espaço territorial, dão os seus frutos sempre que lhe sejam proporcionadas e oferecidas para tal. Os membros da Assembleia Municipal de Belmonte eleitos pelo PS.”-----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** anunciou que se iria proceder à votação do voto de louvor apresentado. Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar o voto de louvor. -----

-----**A Senhora Deputada** Ilda Maria Barroso Leal (CDU) apresentou uma moção sobre a proposta de Orçamento de Estado para 2006: -----

-----“Considerando que: A proposta de Orçamento de Estado para 2006 aprofunda gravemente a política de estrangulamento financeiro do Poder Local a pretexto do Pacto de Estabilidade e constitui um atentado ao Poder Local Democrático, conquistado e construído após o 25 de Abril de 1974. O Governo pura e simplesmente não cumpre a Lei das Finanças Locais mantendo os fundos municipais ao nível de 2005 e prevendo um saco azul de 200 milhões de euros para distribuir discricionariamente em benfeitorias inaceitáveis. -----

-----O Governo introduz na proposta de Orçamento de Estado normas de tutela sobre as autarquias Locais que constituem grave atentado à autonomia do Poder Local confirmando a tendência do Governo para transformar as autarquias em serviços autónomos sob a direcção, designadamente a suspensão dos destacamentos, requisições e transferências de pessoal (art. 11.º) e a previsão de aumento zero nas despesas de pessoal o que ligado ao

aumento dos salários e dos descontos para a Caixa Geral de Aposentações e para a Segurança Social, levariam a serem cumpridos, ao despedimento de pessoal e à integração em quadros de excedentes que voltam a criar. Essa tendência revela-se também pelo pedido de autorização legislativa, inaceitável do ponto de vista jurídico, para “criar um regime geral de taxas municipais e das freguesias visando alargar a sustentabilidade financeira das autarquias locais...”. -----

-----Permanecem as restrições ao recurso ao crédito para investimento apesar de, segundo o Banco de Portugal, as Autarquias Locais em 2003 ficarem abaixo dos limites de endividamento previstos e em 2004 e 2005, terem contribuído para a diminuição do défice público enquanto o Estado continua a contribuir para o aumento da dívida pública prevendo esta proposta um aumento do seu endividamento líquido até 12.6 milhões de euros (art. 82.º e 83.º do Orçamento). Não são propostas medidas que estabelecem a preferência em favor das autarquias nos processos de venda do património público imobiliário. -----

-----Se mantém o cenário de delegação do poder de compra e demais condições de trabalho dos trabalhadores da administração pública, em que se incluem os trabalhadores das autarquias, factor principal de desmotivação, fuga de recursos qualificados e dificuldade de recrutamento. -----

-----Prossegue a retracção do investimento do Estado, particularmente em infra-estruturas e equipamentos sociais, de saúde e ensino e, geral mantém-se e agrava-se o cenário negro para a economia e os portugueses em geral, com reflexos brutais nas populações cujos interesses nos cabe defender, no tecido social e na actividade económica local. -----

-----A Assembleia Municipal de Belmonte, reunida em 21 de Dezembro de 2005, delibera: -----

-----**1.** Exigir o integral cumprimento da Lei das Finanças Locais, apelando à Assembleia da República para que a faça cumprir, corrigindo a distribuição das verbas a inscrever para os municípios e freguesias. -----

-----**2.** Proclamar o seu firme propósito de defender a autonomia do Poder Local consagrada na Constituição da República, reclamando das Associações Nacionais dos Municípios e das Freguesias posições firmes e combativas contra as propostas do Orçamento de Estado para 2006 susceptíveis de a enfraquecer. -----

-----**3.** Protestar contra o novo patamar de degradação das condições de trabalho dos trabalhadores das autarquias imposto por este orçamento, solidarizando-se com a sua luta. -----

-----**4.** Reclamar a retoma do investimento público a um nível que responda efectivamente às necessidades da economia local e às carências da população. -----

-----Remeter a presente moção aos órgãos de soberania, à ANMP e à ANAFRE. A Eleita da CDU.” -----

-----**O Senhor Deputado** José Martins da Fonseca (PS) declarou que a bancada do PS iria votar desfavoravelmente a moção apresentada. -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** informou que se iria passar à votação da moção. Tendo a Assembleia Municipal deliberado, com 12 votos contra do PS, 7 votos a favor do PSD e 1 voto contra da CDU, indeferir a moção apresentada. -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Deputado António Luís Nave D` Elvas. -----

-----**Senhor Deputado** António Luís Nave D` Elvas (PSD) no uso da palavra fez uma análise da situação Nacional e das políticas implementadas, dizendo o seguinte: “Análise da situação Nacional e das políticas implementadas. -----

-----As recentes divulgações estatísticas sobre a evolução da economia portuguesa que, são resultados obviamente da conjuntura europeia e mundial, mas também dos resultados da acção governativa do Governo são preocupantes. Se somos forçados a entender algumas medidas e a julgar necessárias as políticas de restrição orçamental, não se pode compreender que tais restrições sejam cortes cegos nas políticas de desenvolvimento e nas que afectam os cidadãos mais necessitados. -----

-----O Banco de Portugal reduziu, de 0,5 para 0,3%, a estimativa de crescimento do Produto Interno Bruto para este ano. Apesar deste recuo, no limiar da recessão, mas em completa estagnação, o Banco de Portugal reforça o pessimismo afirmando no seu relatório da conjuntura que, ainda existem muitos factores de incerteza e que este número não pode ser lido como uma previsão infalível. Ou seja, tendo em conta as preocupações e os indicadores tanto das exportações como do consumo, o Produto Interno Bruto Nacional deste ano poderá ainda baixar ou entrar em negativo, o que é um desencanto total, quando comparado com 2004. -----

-----A desilusão é ainda maior quando se sabe que o crescimento da zona euro do terceiro trimestre de 2005 foi de 1,5%, na média, e isto só significa que Portugal está a afastar-se, irremediavelmente, da União Europeia e do andamento de países com os quais deve comparar-se e preocupar-se. -----

-----Assim, e porque tais indicadores são conhecidos após o debate do Orçamento do Estado para 2006, sabemos já por antecipação que, muitos dos pressupostos ali contidos podem a partida estar comprometidos e não serem cumpridos. -----

-----São exemplo disso o crescimento de quase 6% das exportações, em que já ninguém acredita. Este indicador é também representativo do nível historicamente baixo dos índices de confiança, que levam a uma retracção do investimento, ao aumento do desemprego e à quebra substancial do consumo, que levará a mais falência e à pulverização do tecido empresarial. -----

-----É aliás essa a análise que o Instituto Nacional de Estatística também partilha quando ainda esta semana publica a sua análise da conjuntura de Novembro. -----

-----Fiámos pois saber que, e passo a citar: “Em Novembro, o indicador de clima registou uma degradação, sem contudo regredir para níveis de Agosto e Setembro. Esta deterioração foi resultado do predomínio das deteriorações na construção e nos serviços sobre as recuperações na indústria e no comércio. O indicador de actividade económica recuperou em Outubro, embora situando-se num patamar inferior ao da média do primeiro semestre do ano. A informação dos indicadores de curto prazo já disponível até Outubro revela sinais positivos na generalidade dos sectores. No consumo privado registou-se novo abrandamento, mais relevante ao nível dos bens duradouros, que pode estar ainda a ser sobreavaliado pelo efeito extraordinário da antecipação das compras ocorridas em Junho. O investimento voltou a apresentar em Outubro sinais mais favoráveis, agora em resultado da construção e das máquinas e equipamentos, uma vez que no material de transporte ocorreu uma desaceleração. Os dados até Setembro do comércio internacional apresentaram um cenário mais favorável, com o valor das exportações a acelerar mais do que o das importações, não tendo havido significativa alteração no diferencial do delator das importações relativamente ao das exportações. No mercado de trabalho continuam a

verificar-se indicações de desagravamento, tanto através dos dados dos inquéritos de curto prazo como da informação do Instituto de Emprego e Formação Profissional. Em Novembro a inflação situou-se em 2,6%, abrandando em resultado da evolução da classe dos transportes. O indicador de inflação subjacente voltou a situar-se em 1,8%. O Índice Harmonizado de Preços no Consumidor da UE15 passou de 2,4% em Outubro para 2,3% em Novembro". -----

----- Se o Estado também está em contenção, como é necessário, Portugal levará muito tempo, tempo de mais, para conseguir aproximar-se, outra vez, de taxas de criação de riqueza próximas de Espanha e da média europeia. Já ninguém pede, por impossibilidade total, que o nosso país volte a crescimentos acima dos 3%, como aconteceu há uns anos. ----

-----O pessimismo do Banco de Portugal e do Instituto Nacional de Estatística é mais um aviso, solene, ao Governo, e ao caminho a que nos conduz, onde não há esperança nem milagres. Portugal está pior do que nunca, e desta vez sem saídas. Seis meses depois de ter apresentado, as previsões do Plano de Estabilidade e Crescimento são revistas: O desemprego irá aumentar até 2008 para 7,7%, mais de 500.000 mil desempregados, só no último trimestre aumentou 3%. A criação de emprego está a diminuir (prometidos 260 mil até 2009, agora 220 mil). -----

-----Mais preocupante é ainda o relatório do Tribunal de Contas: Há um valor de défice significativo encoberto, dado pelas SCUT's, compromissos com a Brisa, portagens da Ponte 25 de Abril, travessia ferroviária da ponte, etc., de valor não quantificado. -----

-----E quais as opções deste Governo? Gastar 4 mil milhões euros no TGV Lisboa Porto, para ganhar 20 minutos em tempo! Este valor significa gastar metade dos fundos comunitários (mais de 10 mil milhões dos 21 mil milhões) entre 2007 e 2013 no TGV e na OTA. -----

-----E o resto do País? Vejamos o PIDDAC para o Concelho de Belmonte: Em 2005 o PIDDAC atribuído ao concelho foi de 873.194 euros no qual sobressai a construção do quartel da GNR de Belmonte com 721.370 euros, obra aí incluída pelo Governo do PSD e efectivamente executada e ao que nos é dado a saber encontra-se em fase de conclusão, não se entende porque é que ainda não está ao serviço das populações. -----

-----Para 2006 o mesmo PIDDAC agora elaborado pelo actual Governo é de 170.000 dos quais nos permite duvidar da sua efectiva exequibilidade. Apetece nesta altura procurar nesta sala ou fora dela, os que durante os governos do PSD reclamavam obras de carácter religioso, cultural e outras para serem incluídas em PIDDAC. Recordo que durante os governos do PSD, foi a bancada do PSD nesta Assembleia, que, sistematicamente fez aprovar sugestões de obras para serem aí incluídas. É bom recordar que fizemos chegar ao governo a necessidade da construção da nova Ponte de S. Sebastião, da construção de uma circular a Belmonte que pudesse servir de porta de entrada para a Serra da Estrela, entre tantas outras. Esperamos agora pelo menos a mesma posição em relação às exigências ao Governo da bancada dos nossos opositores nesta Assembleia. -----

-----Mas, poder-se-á dizer que a conjuntura é igual para todos, mas se assim é, então assim deveria ser para a nossa vizinha Espanha. Mas a realidade aqui ao lado é bem diferente, o desemprego desce, o Produto Interno Bruto aumenta e o Primeiro-ministro Zapatero ainda na segunda-feira anunciou descida de impostos para 2006. -----

-----O Governo do PS vai ter problemas de sobra, insolúvel, porque não dependem dele, nos casos mais flagrantes e difíceis, e isso desgastará, irremediavelmente, a sua base de apoio. Nos poucos meses que governa isso é notório. Mas acrescente-se três factores incuráveis: perdeu as autárquicas, quase de certeza que o seu candidato perderá as

presidenciais, e 2006, por tudo o que se sabe, que se adivinha e se pressente, será dos mais difíceis das últimas décadas. Por muito que o Governo procure agir bem, e com optimismo, como já foi possível há um ou dois anos, ninguém acredita nesse discurso, particularmente quando vindo de um Primeiro-ministro e dum Governo que falhou em tudo o que disse. Os impostos aumentaram, a crispação com a função pública aumenta, o défice em 2005 vai ser pior do que se esperava, em 2006 nem vale a pena acreditar nas projecções, e tudo o que aí vier serão más notícias e péssimas indicações. Pior o Governo revela maior instabilidade interna do que fazia crer o exemplo das Finanças foi significativo e a implementação do Plano Tecnológico, com a demissão de três coordenadores é sintomático, e Sócrates, por muito que queira controlar os danos e desviar as atenções, não terá o sucesso que esperava. Será depressivo, tenso, irritante e inquietante.” -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** deu de seguida a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Dias Duarte Gonçalves. -----

-----**Senhor Deputado** José Carlos Dias Duarte Gonçalves (PSD) no uso da palavra, começou por felicitar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal pelo facto da documentação inerente à sessão, ter chegado a tempo aos seus destinatários, de acordo com o preceituado no Regimento Municipal. Continuou questionando o Senhor Presidente da Câmara relativamente à inspecção feita pelo IGAT ao Executivo Municipal, e se a autarquia já tinha em sua posse o relatório dessa inspecção. Acrescentou ainda que, na sua opinião o mesmo deveria ser presente à Assembleia Municipal, para esta tomar conhecimento do seu conteúdo e inclusivamente dar parecer sobre relatório. -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para esclarecimento. -----

-----**O Senhor Presidente da Câmara** esclareceu o Senhor Deputado dizendo que, de acordo com o relatório não foi detectada quaisquer irregularidades na gestão da autarquia, e que em tempo oportuno facultaria a informação sobre o relatório aos Senhores Deputados da Assembleia. -----

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que relativamente ao relatório resultante da inspecção do IGAT feita ao Executivo Municipal, seria presente a uma próxima reunião para todos tomarem conhecimento do seu conteúdo. -----

-----De seguida informou os Senhores Deputados que, por mutuo acordo do Senhor Deputado José Carlos, da Senhora Deputada Ilda Barroso e do Senhor Deputado Martins da Fonseca, iria ser indigitado um grupo de trabalho para se proceder à revisão do Regimento Municipal. Do qual vão fazer parte a Senhora Deputada Catarina Mendes da bancada do PS, a Senhora Deputada Ilda Barroso da bancada da CDU e o Senhor Deputado Luís D`Elvas da Bancada do PSD e por último os membros que constituem a Mesa da Assembleia Municipal. Acrescentou que iriam ser feitos esforços para que na próxima reunião fosse possível apresentar o novo Regimento Municipal. Por último referiu que, se iria passar ao ponto seguinte nos trabalhos.-----

-----**4 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

-----**4.1 – ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA PARA FAZER PARTE DA ASSEMBLEIA DISTRITAL DE CASTELO BRANCO:** -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** perguntou aos Grupos Parlamentares quais os candidatos que iriam apresentar. -----

-----A bancada do PSD e da CDU disseram que não iriam apresentar nenhum candidato, por sua vez a bancada do PS referiu que apresentava o Senhor António Manuel Gonçalves Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte. -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que a votação iria ser feita por escrutino secreto, uma vez tratar-se de uma eleição nominal, nos boletins de voto devem ser inscritas as palavras Sim ou Não ou voto em Branco. De seguida procedeu-se à chamada dos membros da Assembleia Municipal isoladamente, entregou-se o respectivo boletim de voto, e procedeu-se à votação, por escrutínio secreto. Tendo a Assembleia Municipal deliberado, eleger o Senhor António Manuel Gonçalves Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte, com 12 votos Sim, 3 votos Não e 5 em Branco. -----

-----**4.2 -INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:** -----

-----O Senhor Presidente da Assembleia disse estarem abertas as inscrições para debate do ponto citado, e deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

-----**O Senhor Presidente da Câmara** referiu que guardaria os esclarecimentos para quando lhe fossem colocadas as questões. -----

-----**O Senhor Paulo Jorge Dias Duarte Gonçalves** (PSD) na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal da Torre, questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal, se sabia para quando estava prevista a colocação do tapete betuminoso no Caminho das Sortes em Colmeal da Torre. -----

-----**O Senhor Presidente da Câmara** esclareceu que estaria para breve a colocação do tapete, e que o atraso prendia-se única e exclusivamente com as condições climatéricas que se faziam sentir e que não eram as melhores para aquele tipo de trabalho. -----

-----**A Senhora Deputada** Ilda Maria Barroso Leal (CDU) começou a sua intervenção por colocar várias questões ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre a Actividade Municipal, nomeadamente as seguintes: “Qual o valor real do custo da empreitada da “Construção do Edifício da Escola de Música de Belmonte”, uma vez que no documento da «Informação do Presidente Sobre a Actividade Municipal» consta um valor de 400.000,00 euros, e no documento «Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2006» estão definidos 500.000,00 euros, para construção desta infra-estrutura, e gostaria de ser esclarecida do valor correcto. No que concerne ao anúncio feito pelo Governo do encerramento de várias Escolas a nível nacional, gostaria de saber qual o plano de encerramento que está a ser organizado pelo executivo para o Concelho de Belmonte, e qual a estratégia a seguir, quantas escolas irão fechar, quais e quando. Perguntou em que pontos se encontram as negociações com o ministério, e se o executivo pensa construir novos edifícios para albergar os alunos ou se passa na possível recuperação de alguns. Acrescentou também que gostaria de ser esclarecida para quando a Carta Educativa do Concelho uma vez ser um instrumento importante para resolver alguns deste problemas de uma forma integrada. -----

-----Questionou também o Senhor Presidente, de qual a solução que o Executivo irá propor à Empresa das Águas do Zêzere e Côa, para resolver o problema da dívida para com esta. E também disse que gostaria de saber em ponto se encontra a Revisão do PDM do Concelho de Belmonte. -----

-----Por ultimo perguntou o que, se estava a passar num terreno contíguo à Variante a Belmonte onde está a decorrer um lixeira a céu aberto, e na qual foram vistos funcionários da Câmara Municipal de Belmonte, a proceder a queima de resíduos, sendo esta uma prática ilegal. Deixou também uma sugestão ao Senhor Presidente que, as iluminações de Natal deveriam ser alargadas pelo menos a todas as sedes de freguesia do concelho, e não só unicamente na sede de concelho.” -----

-----**O Senhor Deputado** Acácio Bernardo Nunes Dias (PSD) na sua primeira intervenção colocou algumas questões ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que passo a

enumerar: “Quanto à minha intervenção neste período da ordem de trabalhos, prende-se com a necessidade de obter alguns esclarecimentos que não constam da informação do Exmo. Senhor Presidente da Câmara, mas que de qualquer forma consideramos relevantes para a nossa análise à gestão Municipal. -----

-----Divida e Fornecimento de Água. É com alguma preocupação que não vemos espelhada nas informações do Exmo. Executivo, a presumível divida à empresa «Águas do Zêzere e Côa», que segundo alguma comunicação social se cifra em valores superiores a 1500 000,00 €. Sendo certo que se encontram ainda por negociar as infra-estruturas cedidas aquela empresa, solicito mesmo assim se digne informar esta Assembleia Municipal do valor real da divida, se os valores se encontram devidamente contabilizados e se existem contactos conducentes à resolução do problema. Se a divida não se encontra contabilizada e tendo em conta as imposições legais da especialização dos exercícios, de acordo com o POCAL, qual será a solução para ultrapassar a sua não contabilização. -----

-----Valor da Receita Do IMI e IMTI. Não tendo sido prestada em devido tempo a esta Assembleia, a informação necessária para discussão e aprovação da taxa de IMI para o Ano de 2005, solicito a V. Exa. informação sobre os montantes efectivamente recebidos no ano de 2005 referentes ao IMI e ao IMTI, bem como mapa comparativo relativamente ao ano imediatamente anterior. Só assim poderemos avaliar se fomos efectivamente justos ao aprovar nesta Assembleia Municipal as Taxas que propusemos e se estaremos em condições de continuar numa política de redução de impostos. -----

Imóvel da Casa de Belmonte no Brasil. Considerando o investimento efectuado por esta Câmara Municipal em anteriores mandatos, na edificação da Casa de Belmonte no Brasil, e porque se tem vindo a manter o silencio relativamente ao futuro daquele imóvel, bem como às actividades desenvolvidas, solicito a V. Exa. que informe esta Assembleia Municipal se existem projectos concretos para aproveitamento daquele investimento, ou se simplesmente é uma situação a abandonar. -----

-----GADIL. Foi em tempos constituído pela Câmara Municipal de Belmonte e aprovado pela Assembleia Municipal o GADIL Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento e Iniciativa Local, destacando-se os seus objectivos como o seu nome indica, a apoiar iniciativas empresariais de âmbito local, apoiar a criação de pequenas empresas, apoio às empresas no âmbito de projectos de investimento etc. Tendo em conta o capital despendido quer no pagamento de remunerações quer na aquisição de equipamento e consumáveis, solicito a V. Exa. se pode informar esta Assembleia Municipal quais os trabalhos desenvolvidos por aquele Gabinete que frutificaram. -----

-----Fórum Municipal. Foi igualmente constituído o Fórum Municipal, cujo objectivo principal seria o desenvolvimento cultural do Concelho. Este Fórum Municipal promoveu alguns eventos. Foi solicitado nesta Assembleia a divulgação das contas de Gerência aprovadas, tendo-nos sido dito que não era função desta Câmara fornecer esses elementos, mas sim responsabilidade do Fórum. Temos no entanto conhecimento que o Fórum possui algum património. Não se tendo verificado qualquer actividade ultimamente, solicito informação sobre o destino do património. -----

-----Centro Empresarial de Recursos. Também visando dar apoio aos Empresários do Concelho por técnicos devidamente habilitados para o efeito, foi criado em Fevereiro de 2001, o Centro Empresarial de Recursos de Belmonte, tendo contado na sua inauguração com a presença de Sua Exa. o Senhor Secretário de Estado das Pequenas e Médias Empresas,

Dr. Ângelo Sousa. Pergunto quais as empresas criadas ou apoiadas por mais esse gabinete. «In Belmontino nº.6 Abril/2001». -----

-----Plano Director Municipal. Visando o desenvolvimento do Concelho, propusemos nesta Assembleia Municipal a revisão do PDM, já em 2003. Em Dezembro de 2003 o Exmo. Executivo informou esta Assembleia de que a Câmara Municipal tinha deliberado proceder à revisão do documento. Passados dois anos e uma vez que não foi ainda colocado à discussão, solicito informação sobre o andamento do PDM. «In Belmontino nº. In Dezembro/2003». -----

Como vêem, senhores Deputados, existem gabinetes, existem ideias e não falta dinheiro. Falta é capacidade de gestão para dinamizar essas estruturas. Gerir não é só colocar no papel a criação de qualquer gabinete. É mais do que isso. Gerir é implementar, dinamizar, traçar objectivos, aproveitar sinergias dos vários recursos disponíveis e analisar a rentabilidade dos recursos”. -----

-----**O Senhor Deputado** José Carlos Dias Duarte Gonçalves (PSD) relativamente ao ponto em discussão colocou as seguintes questões: “Analisando a situação financeira sobre o ponto de vista dos vencimentos nesta autarquia, temos contratados a termo previstos para 2006, 86 mil euros, tarefa ou avença 51,5 mil euros, outra situação 26 mil euros num total de 163,5 mil euros. Pessoal dos quadros 58 mil euros, ou seja, cerca de 30% das pessoas que trabalham nesta autarquia estão nos quadros. Sabemos também que, todas as medidas que têm sido tomadas por este governo, e vão continuar a ser tomadas durante 2006, vão cair em cima das autarquias, qual será o futuro destes funcionários? -----

-----Em relação a informação financeira, e olhando para os números que são apresentados, é dada a informação que há um valor a receber de participações comunitárias de 3,2 milhões de euros, documentos a pagar 2,147 milhões, haverá aqui um saldo previsível de 1 milhão de euros. Não vendo este valor em lado nenhum, pergunto se este valor está contabilizado ou se é um valor que anda circular por aqui sem estar documentado, ou se pelo menos previsto em documentos oficiais como é a proposta de orçamento.”-----

-----**O Senhor Deputado** José Martins da Fonseca (PS) interveio dizendo o seguinte: “Relativamente a este ponto da ordem do dia apraze-me tanto quanto pude verificar, que os progressos de clareza e exactidão foram consideráveis. Por outro lado somos pessoas insatisfeitas, e sabemos que, as práticas municipais não são só deste município, é pelo país inteiro, relativamente a planos de acção e orçamentos, relativamente a informação deficientes, mas têm de progredir. Mas verificamos dois pontos essenciais: em primeiro lugar, aquele ponto de progresso que o Senhor Presidente incutiu para este mandato, em segundo lugar, essa preocupação que me deixa esperança no futuro em termos de informação. O ideal era que todos nós, e os municípios conseguíssemos acompanhara a par e passo, todas as acções da Câmara Municipal. Mas, é obvio que isso é impossível, mas será um ideal e para tanto apelo que aquelas verbas que estão previstas para publicidade e etc., sejam fundamentalmente canalizadas para a mais ampla difusão da actividade da câmara, das aspirações que a câmara corporiza e das realizações que vai fazendo. -----

-----Compete-me falar dos preciosismos, existem formas de funcionamento de todos estes órgãos, incluindo esta Assembleia. Vejo na bancada do PSD uma preocupação dominante de se agarrarem a pequeninas quezílias, a pequenos problemas de funcionamento que não contende com a qualidade e com o nosso papel de incentivo da actividade municipal. Apelava para que todos se ajudassem uns aos outros, no sentido de trazer o melhor para o Concelho de Belmonte e para as suas populações. E aí gostaria de poder ver das bancadas da

oposição, propostas concretas e específicas, tendo em conta os meios disponíveis para ajudar a pessoa que tem o ónus de dirigir a Câmara e os Senhores Vereadores incluindo os da oposição, a desenvolver uma actividade profícua. -----

-----Relativamente à actividade municipal, e aos meios financeiros dessa actividade, acho despropositado trazer-se à liça, aqui, comparações com a Espanha e com os Governos Espanhóis, porque, estamos em Portugal. Temos uma realidade nacional, uma situação má, que não foi este Governo que criou e que está a tentar solucionar, e tendo em conta isso temos de ajuizar também a modéstia do nosso orçamento municipal, e temos que por em relevo a exactidão e o esforço do Senhor Presidente, no sentido de fazer um orçamento realista, que conta apenas com os recursos que pode dispor para gerir a sua actividade municipal.”-----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

-----**O Senhor Presidente da Câmara** começou por esclarecer a Senhora Deputada Ilda Barroso, da seguinte forma: Que, o valor real do custo da empreitada da “Construção do Edifício da Escola de Música de Belmonte”, tinha uma base de adjudicação calculada em cerca de 400 mil euros, e o facto de estarem inscritos 500 mil euros nas «Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2006» é uma forma de acautelar eventuais alterações que poderão a vir ser feitas durante o curso da obra. -----

-----Relativamente à hipótese de encerramento de algumas escolas no Concelho de Belmonte, disse que, não dependia da Câmara Municipal mas sim da Administração Central, e que lhe tinha sido comunicado através Direcção Regional, a intenção do Governo de numa primeira fase encerrar as Escolas do 1º Ciclo com menos de 10 alunos, e numa segunda fase todas as que tivessem menos de 20 alunos. O Executivo Municipal tomou uma atitude objectiva e concreta relativamente a esta intenção onde manifestou o seu desagrado relativamente ao encerramento proposto da Escola de Belmonte – Gare, o que levou a uma nova abordagem por parte da Direcção Regional, com vista a um entendimento da intenção de encerramento para aquela escola. Sendo este um assunto controverso, uma vez que existem várias opiniões diferentes em relação a mesma questão, acha por bem que o Executivo deverá aguardar pelo parecer do Agrupamento de Escolas, uma vez sendo esta a entidade ao nível do concelho que melhor se poderá pronunciar sobre este assunto, é necessário também acautelar as infra-estruturas da Escola de Acolhimento para que depois se possa tomar uma decisão final. Foi também comunicada à Administração Central através da Direcção Regional da decisão tomada por este Executivo, relativamente à situação da escola de Belmonte – Gare, e está-se a aguardar a reapreciação deste assunto. -----

-----No que concerne à dívida à empresa «Águas do Zêzere e Côa» esclareceu que, não existia nenhuma dívida, para existir dívida era necessário que a facturação fosse validade pela Câmara Municipal, o que não aconteceu uma vez que está em curso um processo de negociações com a empresa de forma a definir as contrapartidas, que a Câmara Municipal virá a receber pelo uso das infra-estruturas municipais que estão a ser utilizadas por esta empresa a nível do Concelho de Belmonte. -----

-----Relativamente à hipotética lixeira a céu aberto junto à Variante a Belmonte, esclareceu que são resíduos sólidos não tóxicos que foram ali depositados por alguns munícipes clandestinamente, nomeadamente alguns restos de ervas e arbustos provenientes dos jardins e que, foi necessário proceder à sua queima. Acrescentou ainda, que os Senhores Deputados e os Munícipes poderiam estar descansados, que os resíduos sólidos tóxicos

estão a ser transportados para o devido lugar que é a Central de Combustagem. -----

-----Por último, abordou a questão das iluminações de natal e acrescentou que era de todo o agrado do executivo que fosse possível colocar iluminações de natal em todas as localidades do concelho, mas que isso seria bastante dispendioso para os cofres da autarquia, talvez no futuro existam condições para isso. Informou também que tinha sido aprovada em reunião de câmara um apoio financeiro às Juntas de Freguesias para que estas possam decorar as suas ruas da forma que o entenderem. -----

-De seguida respondeu às questões colocadas pelo Senhor Deputado Acácio Dias dizendo que: Em relação aos valores apurados do IMI em 2005 que estes estariam equiparados aos de 2004, e que a todo tempo faria chegar aos Senhores Deputados os mapas comparativos dos dois anos. ---- -----

-----Relativamente à Imóvel da Casa de Belmonte no Brasil esclareceu que, está a ser utilizada pela Prefeitura de Santa Cruz de Cabrália como Secretaria do Turismo ao abrigo de um acordo feito com a Câmara Municipal Belmonte. Referiu também que, não existem nenhuns custos com a manutenção para a Câmara Municipal de Belmonte, que estão a ser suportados pela Prefeitura de Santa Cruz de Cabrália. -----

-----Em relação ao GADIL disse que, não conhecia os resultados da intervenção daquele gabinete, por isso não tinha nenhum dado a fornecer. -----

-----Do Fórum Municipal esclareceu que, o património que tem é um veículo que foi cedido aos Serviços Municipais através de um protocolo celebrado, e a Casa de Belmonte no Brasil. -----

-----O Centro Empresarial de Recursos é fruto de um projecto desenvolvido em parceria com a Associação de Comerciantes e Industriais de Belmonte, Covilhã e Penamacor, que não teve quais quer custos para a Autarquia de Belmonte, teve apenas de ceder o espaço para a sua instalação, e o pessoal era assegurado pela a associação, pelo que o seu encerramento é da responsabilidade desta. -----

-----No que concerne ao Plano Director Municipal informou que, já há trabalho de campo feito, já foram entregues alguns relatórios que estão a ser analisados pela Divisão Técnica de Obras e Urbanismo, que consistem no levantamento das infra-estruturas do Concelho de Belmonte e dos seus aspectos mais relevantes com este relacionados, que depois será convocada a Comissão de Acompanhamento, que será constituída e publicada pelo Núcleo da CCRC. -----

-----Relativamente à gestão da autarquia disse que deixaria essa análise para quando da apresentação da Conta de Gerência. -----

-----Da intervenção do Senhor Deputado José Carlos Dias Duarte Gonçalves coube dizer o seguinte: Que o número de funcionários existentes no quadro de pessoal são os mesmos que já existiam, onde figuram todos os funcionários contratados, dentro das normas legais, e para além desses existem os contratados a termo que foram contratados ao abrigo de contratos programa com diversas entidades. Embora estejam orçamentados pelo valor global não representam mais custos para autarquia, porque as suas remunerações são comparticipadas ao abrigo desses contratos. -----

-----Em relação verbas que está prevista para publicidade, conforme chamada de atenção por parte do Senhor Deputado Martins da Fonseca esclareceu que, são verbas destinadas à divulgação turística do concelho e à sua promoção, sendo esta uma estratégia de desenvolvimento traçada pelo executivo. -----

-----**O Senhor Deputado** Acácio Bernardo Nunes Dias (PSD) esclareceu que a facturada água mesmo que não seja contabilizada, tem que ser contabilizada uma provisão para essa presumível dívida, porque esses custos são de exercícios passados e se não estão contabilizados, o que irão causar à Câmara um transtorno na sua contabilização futura. Relativamente ao Fórum Municipal disse que, deveria ser convocada uma Assembleia-geral para proceder à sua extinção e se for o caso fazer uma transferência do seu património para uma outra entidade que se achar mais conveniente. No que concerne à Revisão do PDM achava que deveria ser colocado à discussão pública o mais breve possível porque já decorreram dois anos desde o início dos trabalhos e este é um assunto de vital importância para o concelho. Por último referiu que não foi sua intenção criticar a actividade municipal nem à gestão municipal, mas sim alertar para a utilização das várias sinergias para que se esbanjem recursos mas sim rentabiliza-los. -----

-----**4.3 – CARTÃO DO IDOSO – ALTERAÇÃO DE BENEFÍCIOS:** -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberto à discussão o ponto supra citado, e deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

-----**O Senhor Presidente da Câmara** esclareceu que a vinda deste ponto à Assembleia Municipal prende-se exclusivamente com algumas alterações feitas aos beneficiários dos portadores do cartão do idoso, nomeadamente porque foram acrescentados benefícios no que concerne ao aluguer do contador aos idosos mais carenciados. -----

-----**O Senhor Deputado** António Luís Nave D`Elvas (PSD) interveio relativamente ao ponto em discussão dizendo: Que, deveria ser feita uma rectificação à data da reunião de Câmara aquando da deliberação das alterações dos benefícios ao Cartão do Idoso, se foi na reunião de 6 de Julho ou 7 de Julho que foi deliberado e se a certidão de teor se encontra rectificada e aprovada em minuta, na reunião de 6 ou 7 Julho, uma vez que foi passada dia 12 de Dezembro de 2005, e de acordo com a informação que nos chegou terá sido aprovada no presente dia e propor que no texto onde diz “isenção do pagamento da taxa de aluguer do contador todos os idosos detentores do cartão A” seja incluído “isenção do pagamento da taxa de aluguer do contador de água todos os idosos detentores do cartão A”, no sentido ser explícito que se trata de um contador de água e não outro qualquer. Declarou que o PSD congratula-se sempre, quanto a medidas que venham a incidir sobre o benefício das pessoas mais carenciadas, e que venha a facilitar a vida e o bem estar das populações. -----

-----**O Senhor Presidente da Câmara** esclareceu que a acta de 7 Julho já foi rectificada. -

-----**A Senhora Deputada** Ilda Maria Barroso Leal (CDU) declarou que iria votar favoravelmente as alterações propostas. -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** declarou que se iria proceder à votação das alterações dos benefícios ao Cartão do Idoso. A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as Alterações de Benefícios ao Cartão do Idoso, e isentar do pagamento da taxa de aluguer de contador os idosos detentores do cartão A. -----

-----**O Senhor Presidente Assembleia** declarou que se iria proceder a um intervalo de 5 minutos. Retomados os trabalhos o Senhor Presidente Assembleia disse que se iria passar ao ponto seguinte da ordem de trabalhos. -----

-----**4.4 – FIXAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPDS – EMPRESA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CONCELHO DE BELMONTE, E.M:** -----

-----**O Senhor Deputado** José Carlos Dias Duarte Gonçalves (PSD) no que concerne ao ponto em discussão, começou por dizer que seria bom que a Assembleia Municipal tivesse conhecimento do novo Conselho de Administração da EMPDS, se é que já foi nomeado, se o

Conselho Geral desta já está constituído por inteiro, se já reuniu uma vez que os estatutos estão aprovados. Perguntou ainda se já está nomeado o fiscal, e quem é, e que deveria ser dado ao conhecimento da Assembleia dos documentos que servem de base ao Plano de Actividades e Orçamento desta empresa. -----

Relativamente à fixação das remunerações do Conselho de Administração, disse que no entender do PSD, esta é uma competência do Executivo Municipal. Quanto aos valores apresentados, o PSD não se pronuncia pelo que se absteria na votação. -----

-----**A Senhora Deputada** Ilda Maria Barroso Leal (CDU) começou por dizer que, a EMPDS não tinha razão de existir num Concelho como o de Belmonte, porque em termos de economia de escala um concelho como o de Belmonte não tem dimensão que justifique para uma Empresa Municipal. E que na sua opinião esta deveria ser extinta, e sim dinamizar as colectividades e associação do concelho, pelo que a CDU iria votar contra. -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** declarou que se iria proceder à votação do ponto acima referido. A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 11 votos a favor do PS, 1 voto contra da CDU e com 7 abstenções do PSD e do Senhor Deputado Joaquim Robalo Amaro aprovar a proposta de Fixação das Remunerações do Conselho de Administração da EMPDS – Empresa Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social do Concelho de Belmonte, E.M.-----

-----**4.5 – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉTIMO A MÉDIO/LONGO PRAZO, PARA INVESTIMENTOS MUNICIPAIS:**-----

-----**O Senhor Deputado** José Carlos Dias Duarte Gonçalves (PSD) interveio dizendo que, em relação ao assunto em epígrafe não fazia muito sentido estar a ser apreciado e votado, porque hipoteticamente se as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2006, não fossem aprovadas não faria qualquer sentido a contracção do empréstimo, uma vez que a utilização deste no grosso modo é para obras que estão previstas nas Grandes Opções do Plano e Orçamento, pelo que ponto 4.5 deveria ser votado depois do ponto 4.6.-----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** informou que após ponderação e análise a Mesa da Assembleia Municipal decidiu continuar com a ordem de trabalhos de acordo com o previsto. -----

-----**A Senhora** Deputada Ilda Maria Barroso Leal (CDU) disse que: a Escola de Musica era uma prioridade para o Concelho e se a 1 de Setembro de 2006 não houver uma solução para a Escola de Música esta perde a licença, assim sendo é urgente que o município resolva este problema, pelo que a CDU iria votar favoravelmente, a contracção do empréstimo. -----

-----**O Senhor Deputado** José Carlos Dias Duarte Gonçalves (PSD) declarou que, também achava que era de vital importância a construção da Escola de Musica, mas que tinha algumas dúvidas em relação à contracção do empréstimo, porque o prazo deste é bastante longo (seis anos) para uma obra que tem um prazo de execução de um ano e que não acreditava que fossem necessários seis anos para pagar este investimento. Pelo que o PSD se iria abster na votação sobre a contratação do referido empréstimo. -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que se iria proceder à votação do ponto acima referido. A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 17 votos a favor do PS e da CDU e com 7 abstenções do PSD aprovar a contratação de empréstimo a médio/longo prazo, para investimentos municipais. -----

-----**4.6 – APRESENTAÇÃO, APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2006:**-----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberto o período de discussão das Grandes Opções do Plano e Orçamento, pelo que concedeu a palavra à Senhora Deputada Ilda Maria Barroso Leal. -----

-----**A Senhora Deputada Ilda Maria Barroso Leal** (CDU) relativamente à «Apreciação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2006, disse o seguinte: “Em bom rigor, as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2006, propostos pela maioria socialista não correspondem aos desafios que o concelho enfrenta, designadamente, na necessidade de combater o flagelo do desemprego, do reordenamento da rede escolar, do ambiente, da habitação, do apoio social e da dinamização sócio-económica. Mais uma vez temos previsões de receita irrealista que não serão concretizadas, como se constata na rubrica “Venda de bens de investimento”, com uma previsão de 1 milhão 573 mil e 409 euros. Como sempre, o empolamento desta receita apenas serve para incluir promessas de “encher o olho” que como se sabe, não verão tão cedo a luz do dia. -----

-----No domínio das despesas, constata-se subida das despesas correntes, o que não é um bom sinal, dado que, mesmo considerando a entrada em funcionamento de alguns equipamentos, essa subida é particularmente visível na rubrica pessoal, e em particular, na rubrica “pessoal em regime de avença”, que passa de 40 mil euros em 2005 para 51 mil e 500 euros em 2006. Continua a registar-se o risco significativo de aproximação entre receitas correntes (que por si só já estão empoladas) e despesas correntes o que também não é um bom sinal. -----

-----E se o passivo não é de todo preocupante já o mesmo não pode dizer-se das notícias que dão conta de uma dívida de cerca de 1 milhão e quinhentos mil euros (cerca de trezentos mil contos) do município às Águas do Zêzere e Côa e cujo impacto pode ser profundamente negativo. -----

-----Apostas sob o nosso ponto de vista essenciais, permanecem com valores residuais, tais como a Habitação Social com 5.000 euros ou o Combate ao Desemprego, onde não existe verdadeiramente uma estratégia e a aposta é a criação de um “Cube de Emprego”. Obras decisivas como a Construção da Nova Ponte de São Sebastião entre outras vias estruturantes, como a VICEB, Variante Este a Caria, contendo verbas residuais na ordem dos 5 mil euros, isto é, (mil contos), pode servir, e serviram para colher votos, mas como se vê, não vão sair do papel. Mesmo a Acção Social fica muito aquém das necessidades onde temos dúvidas que seja possível arrancar com novos equipamentos para dar resposta a uma população cada vez mais idosa e aos atingidos pelo desemprego. A resposta aos jovens continua uma autêntica esmola. -----

-----Entretanto, a Empresa Municipal tem direito a uma “prenda no sapatinho”. Os 80 mil euros inscritos em 2005 passam para 200 mil euros em 2006. Só pode ser um prémio pelo bom desempenho! Pela nossa parte continuamos a defender que tal estrutura não faz qualquer sentido, nem económico nem social e a realidade tem-nos dado razão. -----

-----A rubrica “Outros” continua a receber dezenas de milhares de euros bem como a rubrica “Estudos, projectos e consultadoria” que sobe de 2005 para 2006 (em 2005 251 mil e 500 euros e em 2006 – 252 mil euros) tornando este orçamento mais incerto e opaco. As transferências correntes para as Freguesias continuam inalteradas de 2005 para 2006, o que significa que na prática vão receber menos para a fazer face às mesmas ou melhor, a mais necessidades. É certo que sobe a previsão de transferências de capital mas sem um quadro claro e criterioso de transferência de competências aqui discutido e aprovado isto não passa de mais uma intenção vaga e incerta. Áreas como a Protecção Civil, Planeamento e Ordenamento do Território continuam a ser parentes pobres. -----

-----Para a CDU este Plano e Orçamento, revelando continuidade, continua a ser desequilibrado e a demonstrar que seta maioria politica não tem um projecto de desenvolvimento sustentável. As prioridades revelam um desequilíbrio notável, espelhando por exemplo na brutal diferença de verbas previstas entre a rubrica “Educação” e a rubrica, “Cultura, desporto e tempos livres”, respectivamente, 217 mil euros e mais 11 milhões de euros. Claro se tivermos em conta que a verdadeira “obra prevista”, ou seja, “a aquisição de bens de investimento” que baixa de 2005 para 2006, e a taxa de execução da mesma tendo em conta o histórico, teremos na melhor das hipóteses um investimento na ordem dos 3 milhões e 156 mil euros, isto é, (631 mil contos). E aqui sim deveriam ser definidas claramente as prioridades, isto é, o que é que verdadeiramente vai ser concretizado, sem demagogia e falsas expectativas. -----

-----Contudo, e melhor fora, não negamos que há obras previstas que necessitam de ser concretizadas e algumas delas só pecam por atraso. E o que desejamos sinceramente é que neste Plano e Orçamento e aprofunda discordância com algumas das opções não nos permitem votá-lo favoravelmente. Mas também sabemos que estas são prioridades da maioria e como tal devem ser entendidas e avaliadas sobretudo no plano da sua execução, isto é, aquando da apresentação do Relatório Contas. -----

-----Por agora, abtemo-nos, num voto que não pode ser entendido no sentido do benefício da dúvida, uma vez que as nossas críticas são chamadas de atenção consistentes e encerram alternativas. Este voto, situa-se, se quiserem, no limite da abstenção, sem retirar nenhuma crítica que aqui dirigimos ao Plano e Orçamento e sem abdicarmos da sua avaliação no ano que se avizinha.”-----

-----**O Senhor Deputado** Acácio Bernardo Nunes Dias (PSD) interveio dizendo o seguinte:

-----“Analisamos, na medida em que nos foi possível o documento referente às Grandes Opções do Plano e Orçamento e procedemos à sua comparação com o Plano Plurianual de Investimento. -----

-----Para discussão nesta Câmara deste documento, procedemos a uma visão global do concelho e concluímos que: Vivemos num Concelho que dia a dia se vê definhar, empobrecendo alegremente. -----

-----Das indústrias criadas nas décadas de sessenta e setenta restam três, sem que outras tivessem nascido. -----

-----O comercio tradicional de tecidos e calçado à muito deixou de existir. O pequeno comércio de mercearia está a ser devorado pelas médias superfícies. Os bares, cafés e outros estabelecimentos similares, salvo algumas raras excepções, não oferecem as condições mínimas de acolhimento, contribuindo para que os nossos jovens prefiram passar os momentos de lazer nas localidades vizinhas. -----

-----A industria hoteleira e de restauração é deficiente e os serviços prestados quase sempre carecem de qualidade; Nesses estabelecimentos não existe pessoal qualificado, com formação académica específica. A indústria de construção civil poderá dizer-se que se encontra em estagnação. -----

-----Outros pólos de criação de riqueza, dinamização da economia e criação de postos de trabalho, estão se a deslocalizar para localidades próximas, mas mais promissoras. -----

-----Assistimos ainda à «casualidade» de os detentores de capital deste Concelho, desde há muito, preferirem efectuar os seus investimentos fora dos olhares dos seus vizinhos, talvez por falta de motivação institucional. -----

-----O que nos resta, será o turismo. Mas será que o turismo de passagem poderá contribuir de alguma forma para o desenvolvimento deste Concelho? Obviamente que não. Não existem estruturas que possam cativar o visitante a permanecer em Belmonte por algumas horas. -----

-----Após a visita aos museus, ao Castelo e Igreja, cuja visita durará no máximo duas horas, nada mais há que possa cativar o visitante e o leve a tomar uma água, um aperitivo, a comprar uma lembrança, ou eventualmente a almoçar. O visitante necessita de ser cativado com diversas outras opções. Por exemplo animações de rua, musica ao ar livre, mostras de gastronomia, mostras de artesanato, venda de produtos agrícolas, etc. Todos estes eventos deveriam obviamente ser dinamizados pelas autarquias. -----

-----As autarquias que querem ter um futuro a longo prazo, que aspiram a um desenvolvimento sustentável, têm que olhar muito para além da gestão dos seus recursos financeiros. Gerir todos os seus recursos no sentido da criação de riqueza. -----

-----A solidariedade social é muito importante mas valerá somente enquanto existirem habitantes. -----

-----A demografia é um fenómeno que está sempre associado aos factores económicos. Se não existirem mecanismos estratégicos de criação de riqueza, não haverá consequentemente fixação de população. -----

-----Existem no entanto algumas, mas importantes condições que se devidamente aproveitadas, poderiam contribuir para um desenvolvimento futuro, não imediato, mas a médio prazo. Seria este património que gostaríamos de ver estrategicamente aproveitado e gerido neste documento, o primeiro deste novo ciclo autárquico. -----

-----Condições turísticas: -----

-----Atendendo ao facto de já existirem algumas estruturas culturais como é o caso dos Museus, é necessário dinamizar em parceria com os privados, a indústria do lazer e a indústria hoteleira. Criar condições para que o visitante se fixe por algumas horas ou até dias, que possa desfrutar dessas condições de lazer representando a sua estadia, valor acrescentado. -----

-----Condições agrícolas: -----

-----Dinamizar a agricultura, através da motivação dos agricultores, para que possam com regularidade (semanal ou quinzenal) trazer os seus produtos para venda, podendo assim a médio prazo nascer um mercado «abastecedor» vocacionado não só para o consumidor final, mas até para a indústria hoteleira e para pequenos retalhistas de mercados vizinhos. Somos ricos em frutas e legumes que ninguém aproveita. - -----

-----Condições geográficas: -----

-----Belmonte, Caria, Maçainhas, Colmeal da Torre, situam-se a cerca de 15 minutos de distância das cidades da Covilhã e da Guarda, a vinte minutos do Fundão, a quarenta minutos de Castelo Branco ou da fronteira de Vilar Formoso. Nas cidades mais próximas o custo da habitação é elevadíssimo, inflacionado pelo custo dos terrenos. -----

-----Porque não criar condições favoráveis através de protocolos com a iniciativa privada para a construção de núcleos habitacionais de alta qualidade, conducente à fixação de quadros que trabalham nas cidades próximas. Em simultâneo promover a venda dos lotes municipais a preços acessíveis a qualquer que queira instalar-se na localidade, colocando obviamente entraves a que o lote pudesse no futuro ser negociado. -----

-----Condições geo-estrategicas: -----

-----De salientar que o concelho de Belmonte é, em termos de comunicações um local privilegiado. Existe a A23 com dois nós de acesso, um a norte e outro a sul que nos liga directamente a Lisboa, a Salamanca e brevemente ao Porto e a Madrid. Temos uma estrutura ferroviária com três paragens dentro do Concelho, num espaço inferior a 15 Km, mais concretamente em Caria, Belmonte e Maçainhas. A Linha da Beira Baixa, será a breve trecho melhorada, visando uma mais rápida ligação a Lisboa, Figueira da Foz, Porto, Vilar Formoso e à Europa. Não esqueçamos que a Linha da Beira Alta se encontra electrificada e brevemente será electrificada a linha da Beira Baixa na sua totalidade. Estamos a 15 minutos do aeródromo da Covilhã. -----

-----Com esta localização excepcional, poderemos criar um verdadeiro parque industrial. Poderíamos e deveríamos ter-nos antecipado no lançamento de uma plataforma logística, que outros viram com antecipação. -----

-----No entanto não é tarde para desenvolver projectos que possam contribuir para a criação de emprego e consequentemente de riqueza. Assim as cabeças pensantes e responsáveis pelo desenvolvimento deste Concelho, consigam mobilizar esforços nesse sentido. -----

-----Consideramos ainda relevante que a conduta de gás natural, passa a relativamente perto do nosso Concelho, podendo contribuir para uma redução dos custos das nossas empresas e dos nossos Municípios. Penso no entanto que Digníssimo Executivo nada tenha feito para reivindicar este grande benefício. -----

-----Verificamos no entanto que o Executivo Municipal tem outras perspectivas de futuro para o Concelho, aliás na sequência do que temos constatado em outros documentos iguais de anos anteriores. -----

-----Nada de inovador apresenta estes documentos, e só para dar alguns exemplos vou referir: -----

-----Construção do complexo desportivo de Belmonte. Obra há muito reclamada e prometida por vários executivos. «In Belmontino nº. 6 Abril/2001e Belmontino nº. 11 Dezembro/2003». Para um total de investimento de 527 000,00 € estão por definir 502 000 €. Pelo que a obra não se irá concretizar. -----

-----Remodelação do edifício do Mercado Municipal. Um investimento há muito considerado urgente e que é necessário rentabilizar. Se bem gerido, poderia a Câmara Municipal ter aí instalado o serviço de Finanças o que lhe permitiria alguma rentabilidade para o investimento efectuado. Para um insignificante investimento de 50 000,00 € estão por definir 45 000,00 €. ---Construção e reparação de prédios municipais. Para um investimento de 275 000,00 € estão por definir 175 000,00 €. -----

-----Aquisição e remodelação do Edifício para Pavilhão Multiusos. Investimento de 150 000,00 € para o qual estão por definir 125 000,00 € o que nos dá a ideia de que tarde se fará a remodelação. Tínhamos razão quando nesta Assembleia nos opusemos à aquisição daquele Imóvel. O que ao Exmo. Senhor Presidente pareceu barato caro será. O seu custo, mais o custo da remodelação, mais a sua inadaptabilidade, jamais permitirá a construção de raiz de um pavilhão para o mesmo fim. «In Belmontino Nº. 6 Abril/2001 e BELMONTINO Nº. 11 Dezembro/2003». -----

-----Estaleiros Municipais. Uma obra urgente no sentido de que possa conduzir à posterior requalificação do espaço envolvente do edificio da Câmara. Para um investimento previsto de 125 000,00 €, estão por definir 120 000,00 €, pelo que se conclui que será uma obra adiada. -----

Construção do Centro Coordenador de Transportes. Obra reclamada Há vários anos. Para um

insignificante investimento de 50 000,00€ estão por definir 45 000,00 €, o que significa que continuaremos a assistir à paragem quer dos autocarros diários que dos autocarros turísticos em cima de passeios ou em lugares menos próprios. -----

-----Outros exemplos poderiam dar, como o parque industrial, os loteamentos municipais, as vias alternativas, «In Belmontino nº. 6 Abril 2001e Belmontino nº. 11 Dezembro /2003» etc. Concluimos com a convicção de que o documento referente às Grandes Opções do Plano não irão contribuir para a visão que nós temos para o desenvolvimento do Concelho. -----

-----Quanto ao orçamento, surpreende-nos ainda mais pela negativa. -----

-----Analisado o montante das receitas correntes no montante de 3 788 822,00 € constatamos que o estado transfere para a Autarquia 2 500 402,00 € o que representa 66% da receita corrente. Se adicionarmos a este montante o valor da venda de Água, no valor de 224 000,00 € da renda da concessão da rede eléctrica no valor 265 000,00 € e da rubrica de Imposto no valor de 576 000,00 €, concluimos que sem qualquer acto de gestão por parte desta Câmara, o valor destas receitas correntes é de 94%. Pergunto, onde está a capacidade de gestão e administração deste Executivo para gerar receitas? -----

-----Quanto às receitas de Capital, verificamos que esta Câmara conta com 4 901 874,00 € de transferências de Capital. Cifrando-se as receitas próprias geradas pela Câmara em 2 179 909,00 € as quais são na totalidade referentes obviamente à venda de bens de investimento. Admitindo que a verba de 1 573 409,00 € é proveniente da venda de lotes de terreno para habitação própria, que deveriam ser vendidos a preços relativamente baixos, tendo ainda em conta o número de lotes disponíveis, será que a Câmara prevê vender os lotes a cerca de 50 000,00 €? Se considerarmos que os lotes urbanizados se encontram disponíveis há mais de dois anos e nem um só foi vendido, podemos concluir que também por aqui o orçamento não é exequível. Todos os investimentos ficam dependentes da capacidade da Câmara para gerar receitas, mas não vemos que seja pelo que nos é proposto neste documento. -----

-----Procedemos ainda à análise comparativa com a conta de gerência de anos anteriores dos valores inscritos neste orçamento e relativos quer às transferências correntes quer às transferências de capital. Constatamos que os valores são exageradamente superiores pelo que receamos que também por aqui este documento apresente algumas lacunas. Chamamos em especial atenção para o que dispõe os pontos 2.3 e 3 do POCAL sobre considerações técnicas.” -----

-----**O Senhor Deputado** José Carlos Dias Duarte Gonçalves (PSD) começou por pedir um esclarecimento dizendo o seguinte: “Começava por um esclarecimento, o documento que nos foi entregue «das grandes opções do plano e orçamento para o ano de 2006», não está assinado pelo Executivo Municipal, não tem assinatura de ninguém, pelo que é perfeitamente questionável a validade deste documento. Uma vez que não tem a assinatura de ninguém parece-me grave, é inclusivamente uma falta de respeito para com esta Assembleia Municipal, não ponho em dúvida que o documento está legal e que foi aprovado, mesmo tenham sido seguidos todos os trâmites e procedimentos, não é isso que está em causa, mas está em causa a informação que é transmitida a esta Assembleia Municipal. É evidente que, quando se faz um orçamento há que ter em conta dois critérios extremamente importantes, verbas disponíveis, prioridades e opções, e aí como é evidente as prioridades e opções são de quem faz o orçamento e de quem o decide, é evidente que este orçamento é deste Executivo Municipal, que entendeu que estes eram os investimentos mais importantes para 2006. Na sua introdução continua a ser dada a ideia, que o

desenvolvimento económico deste concelho é possível com base no turismo, na valorização do património histórico, e que o turismo de aí associado será a “alavanca” suficiente e necessária para o desenvolvimento deste concelho. Temos vindo também alertar, para dizer que isso não é a nossa perspectiva e não é suficiente, e o problema é que os indicadores da estatística estão exactamente a demonstrar que temos razão, não é suficiente para promover o desenvolvimento e o bem-estar destas populações. Quem consultar o Instituto de Emprego e Formação Profissional, verifica que neste momento 10% da população activa deste concelho está desempregada, são 403 pessoas que estão no desemprego, de Janeiro de 2004 a Outubro de 2005 o desemprego no Concelho de Belmonte aumentou 30%, podem dizer é da conjuntura e do país, que em todo o país o desemprego está a aumentar, é verdade! Mas a média do desemprego no país ainda não atinge os 7% está nos 6,8%, Belmonte já tem 10%, Belmonte já está à frente da taxa de desemprego no país, pelo que se verifica por aqui estamos pior em relação ao resto do país, provavelmente é um indicador que nos deve fazer reflectir, e nos deve fazer perguntar se esta é a estratégia correcta. Quem cria desenvolvimento, é quem cria riqueza, e quem cria riqueza, são as empresas, as indústrias, as actividades económicas, e é com esse rendimento que é possível de facto criar riqueza, criar sustentabilidade e melhores condições de vida às nossas populações. Na introdução destas grandes opções do plano, nada é dito sobre a actividade económica, nem uma palavra específica e em concreto, o Senhor Presidente pode dizer que tudo isto é para promover a actividade económica, mas ideias e iniciativas concretas não há nada nestas grandes opções do plano, por isso estas nunca seriam as nossas prioridades as nossas opções primeiras. Dois exemplos 10% deste orçamento 1,100 mil euros são para aplicar em arranjos de caminhos e asfaltos, não está em causa a importância destas intervenções, são importantes temos que colocar em causa é se são as mais importantes, tenho muita dúvida da importância que tem este valor de 1,100 mil euros para aplicar em 2006, verba definida, embora não saiba se é para pagar algumas das pavimentações feitas nos últimos quatro meses, ou se é uma verba para novos caminhos. É demais, são 10% do orçamento. -----

-----A requalificação é importante mas se olharmos as verbas 500 mil euros definidos mais 500 mil euros a definir dá 1 milhão de euros, já vamos em dois milhões, o que sobra para as actividades económicas? Nada, o que sobra para a educação? Nada, o que é que sobra para outras iniciativas e obras que consideramos prioritárias? Muito pouco. -----

-----Para essas obras e iniciativas prioritárias gostaria de chamar a atenção para algumas, nomeadamente a educação, é sabido e é conhecida a intenção deste governo, não é possível dar as melhores condições de ensino aos nossos alunos, com cinco a dez alunos por escola sabemos que necessitamos de instalações condignas. Belmonte a sede de concelho resolveu parcialmente o problema, mas temos outra situação muito deprimente que é Caria, portanto seria importante que neste orçamento e nas opções figura-se o Centro Educativo em Caria, em vez de 1,100 mil euros de asfalto, poderíamos ter 500 ou 700 mil euros, ou o que fosse necessário para o Centro Educativo. -----

-----Cultura desporto e tempos livres: para além das promessas que são correntes e para constar em orçamento, o complexo desportivo nas grandes opções do plano está previsto que se inicie até final do próximo ano e que a localização está dependente da revisão do PDM. A revisão do PDM só vai estar aprovada na melhor das hipóteses no prazo de dois anos, se conseguirmos aprovar a revisão do PDM daqui a dois anos, venho aqui e dou a minha “mão à palmatória”, é porque o trabalho foi bem feito, portanto o complexo desportivo não está nada dependente da revisão do PDM, de maneira nenhuma, pelo que não vai começar

no final do próximo ano. Mas temos que realçar duas obras positivas, a construção da escola de música a recuperação do Solar dos Cabrais. -----

-----Acção social: conclusão do centro dia, é dito nas grandes opções do plano que está quase terminada a rede de centros de dia. O Centro Dia do Monte do Bispo, a importância da sua construção e a sua construção, foi esquecido no orçamento, não consta da proposta do orçamento. Centros de noite eu pergunto, quais os critérios e prioridades? Será que o Colmeal vai ser de noite a última freguesia a ser contemplada, mesmo que abram noutras freguesias e depois fechem que é o que tem acontecido com os centros dias. Espero que não. Centro de convívio para idosos de Belmonte, rubrica dotada com 100 mil euros, o que é isto? Se temos uma Santa Casa de Misericórdia, e outras instituições de solidariedade, embora mereça-nos todo o respeito os idosos e os carenciados, não estão em causa, o que estão em causa são as verbas e as prioridades, pelo que questionamos muito este centro de convívio para idosos de Belmonte. -----

-----Saúde: questão prioritária que não é materializável sobre o ponto de vista do orçamento, e aí o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, na qualidade de profissional de saúde, tem uma grande responsabilidade para travar esta luta, o anseio desta população poder ter um serviço de atendimento permanente naquilo que é mais importante para os seus cuidados de saúde. -----

-----Obra concreta: -----

-----Posto Médico de Carvalhal Formoso: Está a funcionar num café, o que uma inspeção rigorosa o encerraria, funciona numa Associação Cultural e Recreativa, pelo que não é local indicado, justificava-se a construção de novas instalações. -----

-----Habitação: Loteamento em Colmeal da Torre, nem sequer é referenciado, sabemos da importância que tem, é uma das poucas freguesias que não tem ainda um loteamento. -----

-----Parque empresarial de Caria: Qual é a real intenção deste empreendimento? É para fazer, há de facto verba na plurianual orçamentada, mas será importante percebermos se justifica, este investimento neste momento, face à contenção orçamental em que estamos, uma vez sabendo da realidade do parque empresarial de Belmonte. -----

-----Protecção civil: Sistema de vídeo vigilância para floresta, para quê? Como irá funcionar? -----

-----Desenvolvimento económico e abastecimento: construção de parque temático coberto, 1000 euros não é com este valor que se vai dar um impulso ao desenvolvimento económico deste concelho. -----

-----Mercados e feiras: A situação actual é para manter, o que pensa o executivo disto. ----

-----Criação de áreas de localização empresarial: com 5000 euros, o que é isto? É esta a importância que é dada à criação de riqueza neste concelho? -----

-----Transportes: para além das obras emblemáticas, mais nada. -----

-----Construção da nova ponte de São Sebastião: é importante sem dúvida, prioritária nesta situação de crise e de outras necessidades mais prementes, também é questionável. -----

-----Novas tecnologias sem fios: é para todo o concelho? Ou só para a sede de concelho? -----

-----Em resumo, para construir: Edifício da escola de música, programa das aldeias históricas, e 1,100 mil euros para a construção de estradas. Entidades criadoras de riqueza nada. -----

-----Nós vamos dar-lhe propostas concretas para alterar isto, se o Senhor Presidente tiver a coragem de colocar nas suas grandes opções do plano e no seu orçamento estas nossas propostas, para construir, nós votaremos favoravelmente. -----

-----1ª - Na questão da actividade económica, criar uma incubadora de empresas no actual Parque Empresarial de Belmonte, será dinamizadora esta instalação, permitindo a partilha de recursos, serviços, da gestão sob o ponto de vista informático, e permite que qualquer jovem que pretenda criara a sua micro empresa possa ter condições de partida e não suportar determinados encargos; -----

-----2ª - Seja implementada uma feira de mostra de actividades económicas do concelho; -----

-----3ª - Criar concertação com a Associação Comercial dos Concelhos de Covilhã, Belmonte e Penamacor, um concurso anual que premei as entidades que promovam postos de trabalho; -----

-----Proposta concretas em construção: construção do centro educativo de Caria, prioritário, loteamento em Colmeal da Torre, construção do posto médico em Carvalhal Formoso, construção do centro dia em Monte do Bispo e instalação do centro de noite em Colmeal da Torre, tudo isto pode ser feito. É verdade que há prioridades, mas estas seriam as nossas e se fossem incluídas nas grandes opções do plano e orçamento votaríamos favoravelmente este documento.” -----

-----De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Deputado Martins da Fonseca. -----

-----**O Senhor Deputado** José Martins da Fonseca (PS) interveio dizendo: “Tendo em conta a conjuntura económica e financeira, vejo uma preocupação iminente de bem-estar social que me parece de louvar. Os investimentos nestas situações são mais difíceis, e vejo a oposição com ideias de cuja boa vontade e intenção não duvido, mas que me parecem irrealistas. Falou-se aqui que o orçamento das receitas está empolado, mas logo de seguida fazem-se listas de despesas absolutamente astronómicas e cujo efeito prático e a sua rentabilidade, me parece muito problemática. -----

-----Vejo sinais da boa vontade e não duvido do Senhor Presidente da Câmara, em querer implementar o bem-estar e em arranjar formas de angariar recursos. Tenho visto que há uma certa a atenção relativamente a determinados desenvolvimentos de ordenação do território e implementação de infra-estruturas, nomeadamente para o turismo. Acho que o turismo é uma boa aposta, e tenho a certeza de a câmara não esta alheia ao PETUR e a outros estudos de estratégia turística, porque não tenhamos duvidas, a nossa agricultura nunca nos pode dar grande rendimento ao concelho, poderá melhorar, mas aí mas teremos que ver a grandeza dos investimentos a fazer. -----

-----Relativamente à indústria, não é de um momento para o outro que se faz uma reconversão industrial, o concelho tem heranças que agora está a pagar, não foi este executivo anterior nem será o próximo que vai apostar na mona actividade da não diversificação da actividade, e todos esses números de desemprego que aqui se apontaram infelizmente a sua responsabilidade não pode ser assacada ao actual executivo. A indústria de confecções pelos motivos que sabemos em todo o mundo civilizado tem grandes dificuldades em desenvolver-se, e é por isso que nós temos o problema do desemprego em Belmonte, isso são actuações passadas. -----

-----Resumindo, acho que as propostas da oposição embora bem intencionadas, algumas no plano teórico muito louváveis e muito interessantes, não têm em conta a situação económica e financeira por isso são irrealistas.” -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** em esclarecimento a uma questão colocada pelo Senhor José Carlos relativamente à área da Saúde mais propriamente da abertura do Centro de Saúde de Belmonte aos fins-de-semana e feriados, disse o seguinte: -----

-----“Considero pertinente a intervenção do Senhor Deputado fez sobre a abertura do centro de saúde aos fins-de-semana e feriados uma vez que tendo sido uma promessa eleitoral do PS de todas as outras forças políticas envolvidas na campanha eleitoral, é um problema que queremos enfrentar e resolver.” -- -----

-----Continuou a sua intervenção, e informou a Assembleia da resolução do Conselho de Ministros tomada em 22 de Setembro de 2005, que se transcreve: -----

-----“Criar uma dependência directa do Ministro da Saúde a missão de cuidados de saúde primários para a condução do projecto de reconfiguração de saúde e implementação das unidades de saúde familiares. -----

-----Algumas das competências dos cuidados de saúde primários: -----

-----Apoiar e reconfigurar os centros de saúde em unidades de saúde familiar; -----

-----Elaborar o regulamento interno dos cuidados dos centros de saúde reconfigurados;

-----Promover o lançamento de forma inovador de melhoria da articulação com outras unidades de prestação de cuidados de saúde, nomeadamente com os cuidados hospitalares, e continuados; -----

-----Propor nos termos da lei modalidades de participação dos municípios, cooperativas entidades empresariais e privadas na gestão dos centros de saúde e unidades de saúde familiar.” -----

-----Esclareceu ainda dizendo que: -----

-----“A missão dos cuidados de saúde tem um coordenador a nível nacional que é o Dr. Luís Pisco, e tem alguns coordenadores regionais distritais. Em reunião havida na ARC centro no dia 23 de Novembro de 2005, o coordenador nacional assumiu o compromisso de serem criadas as unidades de saúde familiar no primeiro trimestre de 2006, onde se inclui o Centro de Saúde de Belmonte ou seja a futura unidade de saúde familiar de Belmonte. Portanto a reforma de cuidados de saúde primários esta em curso passa pela constituição das unidades de saúde familiares, que são pequenas unidades de saúde criadas por médicos e outros profissionais que se associam e contratualizam a prestação de um pacote de serviços. É neste pacote que se vai enquadrar a abertura do Centro de Saúde de Belmonte, aos fins-de-semana e feriados.” -----

-----Informou ainda que: -----

-----“Os médicos estão vivamente interessados em assumir a gestão da Unidade de saúde Familiar de Belmonte, e irão envidar todos os esforços para que após a criação da unidade de saúde familiar, o Centro de saúde possa abrir aos fins-de-semana e feriados. Está-se a pensar ainda após a criação da unidade de saúde familiar contratualizar outros serviços que depois poderei numa futura reunião informar. Está-se também a fazer esforços a nível do Centro de Saúde para melhorar o atendimento. A nível da marcação das consultas a partir do dia 2 de Janeiro de 2006 vai ser efectuada diariamente entre as 9 horas e 17:30 horas. Informo ainda que o Centro de Saúde vai ser parceiro de um projecto inovador a nível do Concelho de Belmonte, que é a criação do gabinete de apoio aos jovens, parceiro juntamente com a Câmara Municipal de Belmonte e com a Escola E.B. 2/3 Pedro Álvares Cabral, o Centro de Saúde vai entrar neste projecto com um médico e com um profissional

de enfermagem, a Câmara Municipal com uma assistente social e as instalações que vai ceder e apoio logístico e informatização, uma vez que só a informatização é que nos permite ter um sigilo eficaz, porque é uma área muito sensível, do apoio ao jovens e Escola vai participar com um psicólogo.” -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

-----**O Senhor Presidente da Câmara** respondeu a algumas questões colocados pelos Senhores Deputados dizendo o seguinte: “Em relação à intervenção do Senhor Dias, quero esclarecer que, temos uma estratégia social por foram a reduzir os custos daquilo que os municípios tem de pagar ao município, para que as pessoas tenham um vida mais fácil e mais tranquila, por isso não faz qualquer sentido que o Senhor venha dizer que não damos incentivos às pessoas. E por outro lado, menos sentido faz estar a criticar o Executivo Municipal por não fazer determinados investimentos em determinadas áreas, porque se por um lado temos que diminuir os encargos para com os municípios, por outro lado temos que gerar receita para fazer investimentos.” -----

-----Continuo com os esclarecimentos e respondeu às questões colocadas pelo Senhor José Carlos: “Que o Centro dia do Monte do Bispo está previsto no plano e orçamento, está incluída na rubrica da acção social, e que o Posto Médico não funciona num café, isso não corresponde à verdade, funciona sim provisoriamente nas instalações de uma associação com todas as condições de higiene e salubridade exigidas para aquele tipo de equipamentos.” -----

-----**O Senhor Deputado** Acácio Bernardo Nunes Dias (PSD) no seguimento da intervenção do Senhor Presidente da Câmara interveio dizendo: “A Câmara Municipal tem efectivamente muitos recursos e pode gerar receitas com pequenos investimentos. A Câmara tem terrenos tem loteamentos, tem o edifício da antiga praça com alguma adaptação poderia ser vir para instalação de serviços como o da Finanças, da Segurança Social, seria uma maneira de gerar recursos. Poderia com algum investimento construir um parque de feiras e mercados mesmo inicialmente descoberto que é gerador de receitas, e poderia inclusivamente contribuir para o desimpedimento das ruas. Tem alguns edificios habitacionais que poderá rentabilizar de outra forma e gerar algumas receitas.” -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Vereador António Dias Rocha. - -----

-----**O Senhor Vereador** António Dias Rocha (PSD) usou da palavra para dizer o seguinte: “Quero informar a Mesa e a Assembleia Municipal que este documento, quer as grandes opções do plano quer o orçamento, mas nomeadamente o orçamento, não foi o orçamento que foi assinado pelos membros do executivo na reunião de câmara de 7 de Dezembro de 2005.” -----

-----**O Senhor Presidente da Câmara** pediu à Dr. Otilia para, na qualidade de Chefe da Divisão de Administração e Finanças, esclarecer a Assembleia Municipal do que efectivamente se passava relativamente ao Orçamento para 2006, ao que a referida funcionária acedeu de imediato passando a explicitar o seguinte:” O orçamento que foi presente a reunião do Executivo Municipal de 7 de Dezembro de 2005 para aprovação, começou por ser apontado pelos Senhores Vereadores do Mpb, como contendo um erro técnico e se encontrar mal elaborado. -----

-----Relativamente ao erro técnico chegou-se à conclusão que não existia. No que respeita ao facto de estar mal elaborado, tratou-se de um erro ao transcrever a dotação respeitante aos encargos com remunerações dos membros dos órgãos autárquicos para o ano de 2006,

o que levou à sub dotação da referida rubrica, onde ficou inscrita a verba de 8.300,00 € em vez dos 83.000,00€ previstos. -----

-----No final da reunião e após alguma troca de impressões sobre a possibilidade de rectificação do documento por forma a evitar, quase no imediato, o recurso a uma alteração orçamental, chegou-se a uma solução de consenso entre os Senhores Vereadores do Mpb e os funcionários presentes, nos quais me incluí e que passava pela alteração da dotação do valor inserido na referida rubrica, para o valor efectivo de 83.000,00 €, reforço este que seria obtido pelo rateio de verbas de outras rubricas, sendo este procedimento efectuado na presença e com a intervenção directa do Vereador do Mpb, senhor Jorge Amaro. -----

-----Foi isto que foi feito, tal como ficou acordado e o documento foi substituído. -----

-----Também e como havia sido acordado no final da já referida reunião de 7 de Dezembro, um funcionário da Autarquia levou o documento já assinado pelos restantes membros do Executivo ao referido Vereador para ser rubricado pelos dois vereadores eleitos pelo Mpb.

----- Foi dito ao referido funcionário que trouxesse de volta os documentos pois seriam assinados na reunião de Câmara do dia 21 de Dezembro.

-----Tal não veio a acontecer, pois não tendo participado na reunião do executivo realizada naquela data, os dois Senhores Vereadores recusaram-se a assinar o Orçamento Municipal para o ano 2006.” -----

-----**O Senhor Vereador** António Dias Rocha (PSD) nos termos do 32.º do Regimento em vigor e em defesa da honra interveio dizendo: “Como é se pode ter passado uma certidão de acta, de 7 de Dezembro se acta não foi aprovada, a acta só foi aprovada hoje dia 21 de Dezembro de 2005, e temos o documento suporte que nos foi dado para a reunião de hoje, em que não constava os pontos que foram aprovados, porque não foram aprovados em minuta no final da reunião de 7 de Dezembro. O que pretendemos é a legalidade, não queremos mais que isso e que fique claro que o documento que foi assinado por todos os elementos da Câmara Municipal não é o documento que está aqui a ser apresentado nesta Assembleia. Não queríamos criar problemas, mas esta é a realidade o erro de um zero alterou o orçamento todo.” -----

-----**O Senhor Presidente Assembleia** declarou que se iria proceder a um intervalo de 5 minutos. Retomados os trabalhos o Senhor Presidente Assembleia disse que se iria proceder à votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2006. -----

-----A Assembleia deliberou, por maioria, com 13 votos a favor do PS e do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal da Torre, e 6 votos contra do PSD e com a abstenção da CDU, aprovar o documento em questão. -----

-----**O Senhor Deputado** José Carlos Dias Duarte Gonçalves (PSD) apresentou uma declaração de voto. -----

-----“Declaração de voto do Grupo Parlamentar do PSD: -----

-----As Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2006 são, sem dúvida, um documento que transmite uma total odeia de continuidade, aliás, o que era de esperar, já que os protagonistas são os mesmos. Daí que continue a ser-nos transmitida uma visão que considera que o desenvolvimento económico, motor para o tão desejado bem-estar e melhoria da qualidade de vida dos munícipes deste Concelho, se pode sustentar exclusivamente no património histórico e na sua valorização. As estatísticas demonstram o contrário. Basta dizer que de Janeiro de 2004 até Outubro de 2005 o número de desempregados deste Concelho aumentou de 309 para 403, ou seja, mais de 30%. Neste momento 10% da população activa deste Concelho está desempregada (não devemos

esquecer que a taxa de desemprego no País ainda é 7%) ou seja Belmonte está muito à frente da média nacional. -----

-----É por isso que esta não é a nossa perspectiva de desenvolvimento. A valorização do património histórico e o turismo cultural a ela associada é, tão só, um dos factores que pode contribuir para esse desenvolvimento. Na nossa perspectiva, quem cria riqueza são os investimentos reprodutivos, as empresas, as indústrias, a actividade empresarial e, para isso é necessário estimular a inovação e o empreendedorismo. Sobre isto nem uma palavra é dita nas cinco páginas da introdução às Grandes Opções do Plano. Era nesta matéria que o executivo deveria vincar a sua motivação, intenções e empenho. Mas nada, para este executivo tudo se resume e gira à volta do passado e ao gerir o dia-a-dia como se de uma conta de merceeiro com todo o respeito pela classe em tempo de crise se tratasse. -----

-----As iniciativas e projectos apresentados revelam a total incapacidade de lançar investimentos que não estejam já salvaguardados pelos apoios da Administração Central, é pouco, muito pouco. -----

-----Por esta falta de visão e ambição estratégica, bem como pelo facto do Executivo não ter acolhido as propostas concretas da bancada do PSD, que em muito iriam contribuir para o desenvolvimento económico e conseqüente melhoria das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2006.” -----

-----**O Senhor Deputado** Alfredo Guerra Martins (PS) aprestou uma declaração de voto.-

-----“Declaração de voto: -----O

Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2006 inserem-se na estratégia definida a 4 anos para o crescimento sustentado e desenvolvimento integrado de todo o Concelho de Belmonte, apesar dos condicionalismos específicos associados a economia portuguesa com reflexos negativos em todos os municípios. Apesar do quadro pouco favorável, este orçamento e plano definem prioridades, nomeadamente quanto à recuperação, valorização e revitalização do património histórico e cultural através do Programa das Aldeias Históricas, bem como a reabilitação e espaços urbanos em todas as freguesias. -----

-----Na área da Educação é de realçar a construção do edifício para a Escola de Musica Pedro Álvares Cabral ainda em 2006. É de louvar a estratégia definida na Acção Social centralizada nas pessoas e preocupada no bem-estar dos cidadãos. -----

-----Este plano mereceu por parte da bancada do PS um voto de confiança.” -----

-----**O Senhor Paulo Jorge Dias Duarte Gonçalves** na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal da Torre (PSD) apresentou uma declaração de voto. -----

-----“Declaração de voto: -----

-----Votei favoravelmente as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2006, na expectativa de serem executadas as obras que consideramos fundamentais, para o desenvolvimento, dentro delas o Loteamento Municipal, o alcatroamento dos caminhos agrícolas e outras, que o Senhor Presidente da Câmara tem conhecimento para a Freguesia de Colmeal da Torre. Contudo não podemos deixar de nos interrogar porque é que estes investimentos não aparecem inscritos no documento.” - -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** de seguida deu a palavra ao público presente, na qual o interveio o munícipe José Armando Amaro dos Santos.-----

-----O Senhor José Armando Amaro dos Santos alertou para a falta de sinalização do Loteamento do Sítio do Vale nomeadamente no Cruzamento junto à Grasil, falta de um STOP, e na rotunda por detrás do Eco marche um sinal de obrigatoriedade de contornar a rotunda. Questionou ainda o Senhor Presidente da Câmara quando é que apresentaria na

Assembleia a moção apresentada por vários proprietários de parcelas de terreno referente à Revisão do PDM. -----

-----**O Senhor António Manuel Gonçalves Rodrigues** na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte (PS) relativamente ao problema da sinalização no Loteamento do Sitio do Vale, disse que conhecia o caso e que era pertinente a resolução daquela situação. Disse ainda que esta prevista a constituição de uma comissão de trânsito rodoviário, para acompanhar de perto e estudar as várias lacunas e situações complicada com a sinalização e trânsito rodoviário e toada a freguesia de Belmonte. -----

-----**O Senhor Presidente da Assembleia** propôs a aprovação de todas as deliberações em minuta, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade. -----

-----E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada esta reunião, da qual eu, _____, Primeiro Secretário da Mesa, redigi, subscrevi e assino a presente acta.